



Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

Educação: Políticas, Estrutura e Organização 5

Atena
Editora

Ano 2019



Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

Educação: Políticas, Estrutura e Organização

5

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 5 /
Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e
Organização; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-306-4

DOI 10.22533/at.ed.064190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo
escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas
educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 5” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007).

O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular.

A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CONSIDERAÇÕES ACERCA DA FORMAÇÃO DOCENTE DO PEDAGOGO: AÇÕES ARTICULADAS AO PIBID PEDAGOGIA-UEL	
Viviane Aparecida Bernardes de Arruda Ana Claudia Fernandes Lopes Emily Francisco Leandro Anilde Tombolato Tavares da Silva Marta Silene Ferreira Barros	
DOI 10.22533/at.ed.0641903041	
CAPÍTULO 2	10
CONSIDERAÇÕES SOBRE RELEVÂNCIA AVALIATIVA E REFORMA NA EDUCAÇÃO A PARTIR DO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO	
Thiago Soares de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0641903042	
CAPÍTULO 3	21
CONSTRUÇÃO DA DOCENCIA DESAFIOS E OPORTUNIDADES: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE SÃO LUÍS - MARANHÃO	
Tyciana Vasconcelos Batalha Josélia de Jesus Araujo Braga de Oliveira Waléria Lindoso Dantas Assis	
DOI 10.22533/at.ed.0641903043	
CAPÍTULO 4	30
CONTEXTUALIZAÇÃO DE PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA MODALIDADE EJA NA E.E.E.F.M. JOÃO CAETANO NO MUNICÍPIO DE BAYEUX-PB	
Pedro Nogueira da Silva Neto Polyana de Brito Januário Hevelyne Figueiredo Pereira Adrielen Moraes Corti Marluce Pereira Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0641903044	
CAPÍTULO 5	36
CONTRIBUIÇÕES DA APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE: UMA REVISÃO	
Nathalia da Silva Santos Clarissa Maria Dubeux Lopes Barros	
DOI 10.22533/at.ed.0641903045	
CAPÍTULO 6	43
CONTRIBUIÇÕES DE MICHAEL POLANYI PARA A EDUCAÇÃO	
Silmara Maria de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.0641903046	

CAPÍTULO 7	54
CORRELAÇÃO DE DESPESAS DE UNIVERSIDADES FEDERAIS COMO INDICADORA DE MODELOS DE GESTÃO NO ENSINO SUPERIOR	
Altieres Frances Silva Marcio Colombo Fenille	
DOI 10.22533/at.ed.0641903047	
CAPÍTULO 8	75
CORRIDA DE ORIENTAÇÃO: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA TRANSDISCIPLINAR DA ESCOLA CLASSE CÓRREGO DO MEIO	
Lívia dos Reis Amorim	
DOI 10.22533/at.ed.0641903048	
CAPÍTULO 9	88
CORTESIA VERBAL E DIÁLOGO NA RELAÇÃO ENTRE PROFESSOR E ALUNOS: ESTRATÉGIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM CLIMA RELACIONAL SIGNIFICATIVO PARA A APRENDIZAGEM	
Giovanna Wrubel João Arthur de Araújo Thyanne Lima da Silva Aluma Drieli Fatareli	
DOI 10.22533/at.ed.0641903049	
CAPÍTULO 10	100
CROMOSSOMOS RECICLADOS E CONSTRUCT 2: UMA PROPOSTA ARTICULADA E INTERATIVA PARA A APRENDIZAGEM DE CONCEITOS BÁSICOS DE GENÉTICA	
Walter Barbosa Ferreira Darlene Camati Persuhn	
DOI 10.22533/at.ed.06419030410	
CAPÍTULO 11	108
CULTIVO DE PLANTAS NAS ESCOLAS COMO ESTRATÉGIA DIDÁTICA PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Danielle Feijó de Moura Dayane de Melo Barros Marllyn Marques da Silva Silvio Assis de Oliveira Ferreira Márcia Maria da Silva Claudinelly Yara Braz dos Santos Maurília Palmeira da Costa Maria das Graças Rodrigues da Silva Tamiris Alves Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.06419030411	
CAPÍTULO 12	113
CULTURA E FORMAÇÃO HUMANA NOS CONTOS DE MACHADO DE ASSIS - POSSIBILIDADES E DESAFIOS DE UM GRUPO DE ESTUDOS	
Adriano Aparecido Cerqueira Ingrid Selegrin Keitelin Monique Teixeira Sergio Henrique Gerelus	
DOI 10.22533/at.ed.06419030412	

CAPÍTULO 13	123
CURRÍCULO E SEUS PRESSUPOSTOS: ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO DISTRITO FEDERAL	
Mônica Angélica Barbosa de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.06419030413	
CAPÍTULO 14	133
CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONALIZANTES NA MODALIDADE EAD: O TRABALHO DO CEAD DO IFFAR <i>CAMPUS</i> SANTA ROSA E DOS POLOS EAD	
Franciele Meinerz Forigo Graciele Hilda Welter Morgani Mumbach	
DOI 10.22533/at.ed.06419030414	
CAPÍTULO 15	143
DA FÍSICA À PRÁTICA EM CONJUNTO MUSICAL: PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES ENTRE O ENSINO DA ACÚSTICA E A EDUCAÇÃO MUSICAL NA EJA	
Renan Luís Balzan Elisa da Silva e Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.06419030415	
CAPÍTULO 16	155
DA PRÁTICA AO RESULTADO: A AVALIAÇÃO COMO PROCESSO DE APRENDIZAGEM A PARTIR DO OLHAR DO PROFESSOR	
Sílvio César Lopes Silva Cássia de Sousa Silva Nunes José Robson Nunes Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.06419030416	
CAPÍTULO 17	164
DE PROFESSORAS A DIRETORAS: FORMAÇÃO DOCENTE E CULTURA ESCOLAR NOS ANOS 1910 A 1933	
Mariane Vieira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.06419030417	
CAPÍTULO 18	177
DEFICIÊNCIA VISUAL: A INCLUSÃO DO ATENDIMENTO NA ESCOLA REGULAR DE ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE DOS ALUNOS	
Adávia Fernanda Correa Dias da Silva Simone Ferreira Conforto Geísa Pinto Pereira Iransy Gomes Barros	
DOI 10.22533/at.ed.06419030418	
CAPÍTULO 19	189
DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR	
Cleoneide Moura Nascimento Sônia Ronilda de Sales Dutra Faruk Maracajá Napy Charara	
DOI 10.22533/at.ed.06419030419	

CAPÍTULO 20	200
DESENVOLVIMENTO DE FERRAMENTA FACILITADORA PARA OTIMIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM SOBRE CROMOSSOMOS	
Fabiana América Silva Dantas de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.06419030420	
CAPÍTULO 21	207
DESENVOLVIMENTO DE UMA CHAVE DE IDENTIFICAÇÃO NO FORMATO DE APLICATIVO MÓVEL E SUA UTILIZAÇÃO COMO FERRAMENTA DIDÁTICA PARA AUXÍLIO NO ENSINO DE BOTÂNICA SISTEMÁTICA	
Joilson Viana Alves	
DOI 10.22533/at.ed.06419030421	
CAPÍTULO 22	213
DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE OBJETOS PEDAGÓGICOS PARA SUPORTE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Saul Eliahú Mizrahi	
Gil Fernandes da Cunha Brito	
Janete Rocha Cícero	
Gabriel Schonwandt Mendes Ferreira	
Felipe Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.06419030422	
CAPÍTULO 23	224
DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: COMO POSSIBILITAR A MUDANÇA EDUCACIONAL?	
Letícia dos Santos Carvalho	
Thays Suelen de Moraes Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.06419030423	
CAPÍTULO 24	234
<i>DESIGN FOR ASSISTIVE TECHNOLOGY</i> APLICADO NO ESTUDO DE CASO DE ESTRUTURAÇÃO DE AMBIENTE COM ACESSIBILIDADE	
Maria Lucia Miyake Okumura	
Osiris Canciglieri Junior	
DOI 10.22533/at.ed.06419030424	
CAPÍTULO 25	247
DEVELOPMENT AND APPLICATION OF PEDAGOGICAL TOOL FOR OPTIMIZATION OF KNOWLEDGE ABOUT PHYSIOPATHOLOGIES INVOLVING ENERGY METABOLISM	
Fabiana América Silva Dantas de Souza	
Marcos Vinicios Ferreira de Sá	
Danylo Manoel do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.06419030425	

CAPÍTULO 26	257
DEZ ANOS DO SAEPE: O QUE DIZEM OS RESULTADOS EM RELAÇÃO AO DESEMPENHO, EM MATEMÁTICA, DOS ALUNOS DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA ESTADUAL JOSÉ MARIANO?	
Tiago Lopes de Araújo Lucas Lopes de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.06419030426	
CAPÍTULO 27	268
DIFICULDADE NA LEITURA E NA ESCRITA: INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E PSICOMOTOR	
Maria Robevânia das Virgens Luis Antonio Ayala Silvera	
DOI 10.22533/at.ed.06419030427	
CAPÍTULO 28	280
DISCIPLINA DE GAME-BASED LEARNING NO MESTRADO EM ENSINO NAS CIÊNCIAS DA SAÚDE	
Gabriela Eyng Possolli Patricia Maria Forte Rauli	
DOI 10.22533/at.ed.06419030428	
CAPÍTULO 29	299
DISCUTINDO A CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNESP BAURU	
Ana Beatriz Momesso Franco Thaís Cristina Rodrigues Tezani	
DOI 10.22533/at.ed.06419030429	
CAPÍTULO 30	311
DISTINÇÃO ENTRE A GEOMETRIA PLANA E A GEOMETRIA ESPACIAL ATRAVÉS DE ATIVIDADES BASEADAS EM SITUAÇÕES DO COTIDIANO DO ALUNO	
José Edivam Braz Santana	
DOI 10.22533/at.ed.06419030430	
CAPÍTULO 31	320
DIVERSIDADE DE GÊNERO E EDUCAÇÃO SEXUAL: DESVELANDO OS EFEITOS DE SENTIDO EM DOCUMENTOS OFICIAIS	
Demóstenes Dantas Vieira Antônio Soares Júnior da Silva Efraim de Alcântara Matos	
DOI 10.22533/at.ed.06419030431	
SOBRE A ORGANIZADORA	330

DE PROFESSORAS A DIRETORAS: FORMAÇÃO DOCENTE E CULTURA ESCOLAR NOS ANOS 1910 A 1933

Mariane Vieira da Silva

Universidade Federal do Piauí/UFPI

Teresina-Piauí

RESUMO: Esse trabalho tem por principal objetivo visualizar o processo da constituição histórica da função da direção escolar no ensino primário piauiense entre 1910 e 1933, articulado à cultura escolar do período em estudo. Considerando a periodização desse artigo, tomamos como ponto de partida a instituição da Lei nº 548 em 1910, que trata da Reforma da Instrução Pública no Estado, e encerra-se em 1933, em razão da publicação do Decreto nº 1.438 que estabeleceu mudanças para o ensino, inclusive no que diz respeito a direção escolar nos grupos escolares, escolas agrupadas e Escola Modelo. O primeiro destes trata da implantação do modelo dos grupos escolares que previa, além de instalações físicas específicas, a divisão do tempo escolar e hierarquização das atividades na escola – surge aí a figura do *diretor escolar*, do inspetor e do porteiro tendo em vista a necessidade de organização e controle desse espaço a partir de então. Nesse período, a Escola Normal, voltada principalmente para o público feminino, tinha por principal atribuição formar professoras para o magistério primário. Decorrência do processo de feminização do magistério, a análise de

documentos impressos – leis, decretos e mensagens – encontradas no Arquivo Público do Piauí, mostram-nos que os cargos de direção escolar na escola pública primária também eram ocupados por mulheres ao longo de sua constituição.

PALAVRAS-CHAVE: Direção escolar; feminização do magistério; História da Educação; Piauí.

ABSTRACT: This work has as main objective to show the process of the historical constitution of the function of the school management in the Piauí primary education between 1910 and 1933, articulated to the school culture of the period under study. Considering the periodization of this article, we took as a starting point the institution of Law No. 548 in 1910, which deals with the Reform of Public Instruction in the State of Piauí, and closes in 1933 due to the publication of Decree No. 1,438 that established changes for teaching, including with regard to school management in school groups, clustered schools and the Model School. The first of these deals with the implementation of the model of school groups which, in addition to specific physical facilities, provided for the division of school time and hierarchization of school activities - the figure of the principal, the inspector and the janitor in view of the need of organization and control of this space from

then on. In this period, the Normal School, focused mainly on the female audience, had as main attribution to train teachers for the primary teaching. Due to the process of feminization of education, the analysis of printed documents - laws, decrees and messages - found in the Public Archive of Piauí show us that the positions of school management in the primary public school were also occupied by women throughout their constitution.

KEYWORDS: School management; feminization of teaching; History of Education; Piauí.

O começo do século XX no Piauí foi marcado por mudanças consideráveis – a modernização das cidades enquanto tendência nacional estendia-se também para o campo educacional uma vez que o homem deveria elevar seu grau de instrução a fim de enquadrar-se no padrão que esse tempo preconizava: a valorização dos estudos, da cultura, do trabalho e da família faziam parte de um novo modelo de masculinidade que aos poucos se consolidava entre as classes mais favorecidas (CASTELO BRANCO, 2008).

Da esfera privada para a pública, as mulheres conquistaram maiores possibilidades de escolarização e de trabalho: ingressaram nas instituições de ensino enquanto estudantes e, posteriormente, como professoras. O magistério feminino foi impulsionado pelo governo uma vez que este objetivava formar profissionais para atuarem nas escolas públicas piauienses e assim combater o analfabetismo, problemática comum que cerceava todo território brasileiro.

A mulher professora tornara-se uma aliada do poder público para desasnar o povo e instruir o indivíduo dentro dos moldes sociais vigentes da época. A docência tornara-se missão diante das condições adversas que elas enfrentavam, entre as quais a baixa remuneração atrelada a desvalorização da carreira e condições insalubres de trabalho.

Contrapartida ao apresentado, o processo de feminização do magistério fortaleceu-se ao longo dos anos. Nas escolas primárias em que as mulheres eram maioria, apareceu a figura da mulher diretora – o *director* ou *directora* foi previsto legalmente pela Lei nº 548 de 1910, regulamentada pelo Decreto nº 434 do mesmo ano, dentro do modelo educacional em voga no momento, os *grupos escolares*.

Tendo em vista esse contexto e as inquietações concernentes a uma dissertação de mestrado em andamento é que este artigo toma forma. O mesmo objetiva, principalmente, visualizar o processo da constituição histórica da função da direção escolar no ensino primário piauiense entre 1910 e 1933, observando as atribuições desse cargo dentro das instituições de ensino, fato este que veio influenciar a cultura escolar desde então.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho contou com pesquisa e análise documental – mais precisamente, jornais, leis, decretos e mensagens

governamentais – preservados no Arquivo Público do Piauí além da consulta de aporte teórico sobre a temática em estudo.

Por fim, o presente texto tem por problemática como a *direção escolar* se constituiu historicamente como função nas escolas primárias piauienses, quais suas principais atribuições considerando a legislação em vigor, não deixando de abordar o processo de feminização do magistério e a constituição da docência como profissão aceitável socialmente para o público feminino.

Lecionar x impor, organizar, velar, cumprir e dirigir: funções na escola e cultura escolar

O crescimento e modernização das cidades, a valorização do urbano e de novos hábitos importados da Europa tornaram-se tendência no Brasil no início do século XX. Se ignorar o progresso era sinal de atraso (CASTELO BRANCO, 2013), a adoção de novos comportamentos tornou-se comum ao cotidiano das pessoas, entre os quais a valorização da cultura, da civilidade e da formação escolar que deveria enquadrar-se dentro de princípios modernos, a fim de tornar homens e mulheres úteis à sociedade (CASTELO BRANCO, 2008).

O cenário educacional de então era marcado por elevadas taxas de analfabetismo, prédios escolares inadequados e/ou insalubres e professores leigos. A reforma da Instrução Pública no Estado, necessária diante de uma realidade que ia de encontro ao ideal de progresso disseminado, foi prevista pela Lei nº 548 de 30 de março de 1910 – fato este que se constitui como ponto de partida desse estudo.

Tendo em vista a urgência da instrução pública enquanto um serviço que há muito reclamava por melhorias, a Mensagem Governamental de junho de 1910, informa que as bases principais da Reforma Geral da Instrução Pública são

A criação¹ da Escola Normal para o preparo do professorado, a criação dos grupos escolares na capital e cidades mais populosas, realizando pela divisão do trabalho o melhor aproveitamento dos esforços dos professores, a inspecção técnica do ensino por funcionários para esse fim especialmente nomeados, o estímulo aos bons professores, pelas gratificações adicionais ao tempo de serviço e a execução severa dos programas de ensino (MENSAGEM..., 1910, p. 28).

A Reforma Geral da Instrução Pública, segundo os escritos da Mensagem Governamental, aponta dois elementos fundamentais, que inter-relacionados poderiam aos poucos sanar as dificuldades que o ensino primário piauiense enfrentava: os docentes seriam formados na Escola Normal² (substituindo os profissionais leigos)

1 A escrita das palavras em itálico indica que a transcrição deste documento, bem como dos outros que aparecem nesse texto, foram preservadas conforme a ortografia da Língua Portuguesa do período.

2 A Escola Normal foi inaugurada ainda em 1909 no governo de Antonino Freire. Este assumiu as funções de governador, enquanto vice de Anísio de Abreu, em razão de seu afastamento motivado por problemas de saúde, entre 6 de agosto de 1908 a 15 de janeiro de 1909. Torna-se governador em

e a criação dos *grupos escolares*, que enquanto modelo em voga, previu a divisão do trabalho na escola a fim de obter um “melhor aproveitamento dos esforços dos professores” e “execução severa dos *programas* de ensino”.

Tal reforma tratava ainda “[...] da preferência da mulher, em relação ao homem, para atuar na docência pelo fato desta constituir mão-de-obra barata” (SILVA; FERRO, 2009, p. 166) e mais fácil de contentar, tendo em vista que quase sempre era assistida por outro homem: pai, marido e até mesmo irmãos.

A Escola Normal Oficial abria precedente para uma instrução formal ampliada para as mulheres de então. Uma vez instruídas, mesmo sob o pretexto de se tornarem melhores esposas e mães, elas passam também a integrar o mercado de trabalho. Antes restritas ao espaço doméstico, as mulheres agora são presença constante em espaços de lazer, educação e trabalho (CASTELO BRANCO, 2013).

A docência tornou-se profissão aceitável entre elas dado suas aproximações com a maternidade. Assim, os defensores do magistério feminino – filósofos, pedagogos e poder público – tinham na mulher uma figura amorosa e maternal, que ao mesmo tempo firme e terna seria a educadora ideal da infância (CARDOSO, 2010).

Ser professora ia além de ensinar por ensinar e prover seu sustento, dado que

A educação e o trabalho feminino eram considerados fundamentais à formação da cidadania. Somando-se à mãe e encarnando ela mesma a representação de mãe dos alunos e alunas, a professora normalista deveria socializar e formar as novas gerações, conforme os designios da pátria. O futuro cidadão honrado e de respeito e a boa mãe de família dependeriam de seu esforço, dedicação e sacrifício (CARDOSO, 2010, p. 161).

Ser professora era educar dentro dos princípios da cidadania: formar homens honrados e boas mães de família. O magistério, assim, tornara-se missão patriótica uma vez que as normalistas assumiam um compromisso em prol da educação da pátria, reerguimento do Brasil e fortalecimento da República.

As escolas públicas primárias, por sua vez, cresceram em número de estabelecimentos durante a década de 1920. O surgimento dos *grupos escolares*³, somado aos outros existentes, formavam uma malha escolar incipiente, por conta

15 de março de 1910 e seu mandato segue até 1º de julho de 1912. Formado em Engenharia Civil, foi responsável pela modificação e construção de várias edificações da capital sob técnicas corretas. Um dos fundadores do jornal *A Pátria* (1902), colaborou como jornalista nos periódicos *O Nortista* e *A Luz*, em 1910. Um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí, em junho de 1918, chegou a lecionar Matemática e História Natural no Liceu Piauiense. Enquanto governador, a primeira lei por ele assinada, foi a que se tratava da reforma da Instrução Pública no estado – Lei nº 548/1910 –, posto que a Educação e a Cultura viria a ser uma das tônicas de sua gestão. Diante dos seus feitos nessa área, em sua homenagem, a Escola Normal passou a levar o seu nome (KRUEL, 2015).

3 Apesar da previsão legal de instalação dos *grupos escolares* na capital e nas cidades mais populosas do estado em 1910 (Lei nº 548), as *escolas isoladas e reunidas* permaneceram sendo os modelos existentes no Piauí até 1922, quando surgiu o *Grupo Escolar Miranda Osório* na cidade de Parnaíba. Sobre isso, Lopes (2001, p. 101) discorre que “o *grupo escolar*, por sua necessidade de instalações apropriadas, pelos recursos materiais que exigia e o tornavam mais oneroso, só concretizou-se, ainda que precariamente, em 1922”.

de sua expansão irregular e do grande número de crianças que necessitavam ser atendidas.

Já nos anos 1930, a educação ao lado da saúde tornou-se preocupação central dos governantes. As instituições educativas passaram a centrar-se na formação do caráter, no desenvolvimento de virtudes morais, de sentimentos patrióticos e da disciplina nas crianças, sob o interesse de militares, educadores e da Igreja, que influenciaram a educação de nosso país e pretendiam moldar mentalidades concernentes ao regime político em vigor: o Estado Novo.

O discurso repetitivo contra o analfabetismo, que se arrastava desde a República, somou-se aos discursos em torno de uma educação aliada ao progresso econômico do país nos anos 1930, conforme nota do jornal “A Luz”, de Floriano:

O Brasil, a nossa tão querida Pátria, não deve ser somente um paiz rico, um paiz bello, ou um paiz industrial; deve ir além. Para o futuro elle deverá ser – o paiz mais culto e mais progressista finalmente, um paiz onde não haja analphabetos! (Instrucção, nov.1930, p. 02).

A fonte anterior coaduna com as informações que seguem, que também foram publicadas no jornal “A Luz” do mês seguinte à tiragem anterior, que se amplia ao tratar do Piauí:

O cultivo do intellecto da criança contribue poderosamente para o progresso do nosso Brasil. E, para que haja progresso, para que se realize este tão importante factor do desenvolvimento de um paiz como o nosso, que ainda sofre o peso atroz do analphabetismo, de nada mais necessitamos que do auxilio e do interesse dos nossos dirigentes.

Porções do território brasileiro como esta longa faixa que fica adjacente ás margens do rio Parnahyba, e que comprehende quasi toda a parte sul dos Estados do Maranhão e Piauhy, não possuem sinão um limitado numero de escolas primárias, estas mesmas mal frequentadas.

[...] é a educação, a instrucção, que é justamente o mais escasso em nossa terra (MOREIRA, dez.1930, p. 01).

As duas fontes se complementam posto que tratam do analfabetismo enquanto um problema educacional a ser superado e da educação aliada ao progresso e desenvolvimento do Brasil, naquele momento.

O jornal “A Luz” de dezembro de 1930 aponta a realidade dos estados do Piauí e Maranhão, mais especificamente a região sul, que apresenta um número limitado de escolas, que mal frequentadas incidem em uma taxa de escolarização deficitária.

A partir daí, observa-se que apesar dos esforços empreendidos, estes parecem não terem surtido efeito positivo contra o analfabetismo, que continuava a ser considerado uma mácula presente ao lado de um número de escolas insuficientes e mal frequentadas por falta de “interesse de nossos dirigentes”, conforme denunciado.

Todavia, os anos que compreendem as décadas de 1910, 1920 e 1930 foram

marcados pelo projeto e instalação dos *grupos escolares*, entendido como marco educacional, uma vez que adotou novas práticas – ensino seriado, adoção de disciplinas escolares, divisão e hierarquização do trabalho docente, que culminou com o aparecimento de novas funções na escola, entre as quais, o *diretor escolar* - que mudou a cultura educacional e deixou um legado no âmbito da *cultura escolar* que permanece até dias atuais, apesar da extinção desse modelo em 1971 (PINHEIRO *et al.*, 2013).

Em artigo sobre a ação civilizatória nas escolas normais paulistas entre os anos 1896 e 1913, Honorato (2014, p. 177) afirma que o cargo de diretor escolar “representava a função de maior gradiente de poder”, e continua dizendo que:

Comumente, o primeiro diretor recebia do governo de Estado a incumbência de instalar a escola.

O cargo de direção representava o controle da função educativa, a qual se afastava da família patriarcal, do preceptor e do mestre-escola. Com efeito, o diretor simbolizava o Estado no tocante ao funcionamento da instituição de formação de professores. A construção de sua identidade profissional dependia das relações sociais pautadas nos princípios da administração pública burocrática e demandas pessoais e políticas.

O cargo era de livre nomeação do governo, entretanto, deveria ser ocupado preferencialmente por professores habilitados em escolas normais. Por conseguinte, as nomeações consideravam a capacidade administrativa e pedagógica do indicado além das demandas políticas dos governantes (HONORATO, 2014, p. 177).

Os estudos de Honorato, apesar de apresentar o contexto paulista, chama atenção para a construção da identidade desse profissional que deveria ser pautada nos princípios da administração e ainda ser ocupado por professores habilitados em escolas normais, preferencialmente. Denuncia ainda que as nomeações de diretores atendiam a interesses políticos.

No caso piauiense, em conformidade com estudo que segue, a legislação aponta que os diretores deveriam ser escolhidos dentre os professores efetivos dos grupos escolares (Lei nº 548, art. 10, § 1º), todavia, nenhuma documentação consultada relaciona nomeações e política, até o presente momento. Porém, este último indício não merece ser descartado e segue sendo investigado.

O artigo 10 da legislação supramencionada explicita ainda que cada grupo escolar terá a presença de um professor para cada classe que se dividir o curso, um *director* ou *directora*, incumbido de sua *superintencia* administrativa e *technica* e um porteiro.

A legislação aponta a presença de um *director* ou *directora*, o que deixa bem claro que tanto homens quanto mulheres, enquanto docentes, poderiam exercer essa função. Entretanto, a realidade aqui posta, que admite a presença de homens e mulheres nos cargos de direção era recente uma vez que durante muito tempo os homens detiveram as funções de diretores e inspetores, conforme Guacira Lopes Louro (2004). A autora ao apresentar justificativas sobre a presença masculina nessa

função admite que:

Reproduzia-se e reforçava-se, então, a hierarquia doméstica: as mulheres ficavam nas salas de aula, executando as funções mais imediatas do ensino, enquanto os homens dirigiam e controlavam todo o sistema. A eles se recorria como instância superior, referência de poder; sua presença era vista como necessária exatamente por se creditar à mulher menos firmeza nas decisões, excesso de sentimento, tolerância etc. Aos homens eram encaminhados os alunos-problema ou qualquer outra questão que exigisse a tomada de decisões de problemas mais graves (LOURO, 2004, p. 460).

Louro (2004) relacionava a predominância masculina nos cargos de direção com a hierarquia doméstica em que as mulheres executavam as funções mais imediatas de ensino, enquanto os homens controlavam o sistema. Ademais, o homem era referência de poder e a ele era facultado a tomada de decisões. Aqui, mais uma vez, admite-se que a escola não era um espaço neutro, desvinculado da realidade na qual estava inserida, uma vez que as relações sociais reverberavam nas relações escolares.

No mesmo texto Louro trouxe algumas falas que demonstrava a resistência de alunos e do próprio sistema em admitir que as mulheres ocupassem os cargos de direção nas escolas na região sudeste do país. Entendemos, no entanto, que os processos históricos não acontecem de forma despreziosa e isolada, e que, porquanto tal fato poderia também ter acontecido aqui. Sobretudo, tais informações não foram encontradas nas fontes investigadas.

Por conseguinte, Louro (2004) apresenta que as diretoras romperam com ideias tradicionais e o que se esperava delas, uma vez que:

Parece ser provável que a função de dirigente tenha se revestido, ao menos inicialmente, de um caráter extraordinário e até perturbador para as mulheres. Essas primeiras diretoras estavam, de algum modo, rompendo com a representação ou as expectativas mais tradicionais, o que poderia contribuir para que fossem admiradas e imitadas pelas professoras e alunas. Dessa forma, algumas delas acabaram por imprimir marcas extremamente pessoais às instituições que dirigiram, *criando escolas* (LOURO, 2004, p. 460, grifo da autora).

Entretanto, sem fugir da legislação em análise, é admissível atribuir a coexistência de homens e mulheres nos cargos de direção escolar considerando o processo de feminização do magistério, uma vez que a partir desse escrito e existência de outras pesquisas, bem como mensagens e legislação consultadas, evidencia-se o aumento de mulheres docentes nas escolas e, com isso, justifica-se a presença delas nessa função.

Criar escolas, assim, articula intrinsecamente as práticas de diretores e diretoras à cultura escolar, uma vez que eles deixavam suas marcas nas instituições que administravam. De acordo com Faria Filho, além de as culturas escolares serem processo e resultado das experiências, sentidos construídos e compartilhados pelos

sujeitos que fazem a escola, “pensar a cultura escolar é pensar também as formas como os sujeitos escolares se apropriam das tradições, das culturas em que estavam imersos nos diversos momentos da história do processo de escolarização” (FARIA FILHO, 2007, p. 201).

O Decreto nº 434 de 19 de abril de 1910, que regulamenta a reforma da *Instrução Pública* do Estado do *Piauí* lista as atribuições dos diretores ou diretoras dos grupos escolares, em seu artigo 91, conforme segue:

1. A representação *official* do grupo em todas as suas relações externas.
2. A *inspecção* e *fiscalisação* de todos os cursos durante o seu funcionamento, imprimindo ao grupo o *regimen* e *methodo* do ensino, de acordo com o respectivo *programma* e *instrucções* que receber do director geral da *instrucção*.
3. Propor ao director geral a *creação* ou supressão dos lugares de adjuntos de professores.
4. Proceder com auxílio dos professores, a matrícula, classificação e eliminação dos *alumnos*.
5. *Submitter* os *alumnos* de cada curso a exames *semestraes* e aos de promoção e *finnaes* na terminação do anno *lectivo*.
6. Elaborar em duplicata e enviar ao director geral da *instrucção* pública os mapas *mensaes* da matrícula e frequência dos *alumnos* dos *differentes* cursos do grupo.
7. Apresentar ao director geral da *instrucção*, no fim do anno *lectivo*, um relatório minucioso sobre o movimento do grupo, mencionando todas as ocorrências que se deram durante o anno e acompanhando-o dos *mappas* e quadros explicativos necessários e todos os esclarecimentos e informações que lhe forem exigidos.
8. Justificar até três faltas em cada *mez* aos professores.
9. Abrir, numerar, rubricar e encerrar os livros de *escripturação* do grupo.
10. Abrir e encerrar diariamente o ponto do pessoal, notando as faltas de cada um, sendo o pessoal docente encerrado dez minutos depois da hora marcada para o início das aulas.
11. Propor ao director geral da *instrucção* as medidas que julgar convenientes para a boa *direcção* do grupo.
12. Impor ao pessoal as penas da sua competência, por este regulamento e pelo regimento interno.
13. Organizar mensalmente, em duplicata, de *accordo* com o livro do ponto, a folha de pagamento do pessoal do grupo, mencionando as faltas e seu motivo, enviando-a ao director geral da *instrucção*, para os devidos fins.
14. Velar pela *bôa* conservação da casa, *bibliotheca*, gabinetes, moveis e *objectos* escolares.
15. Cumprir e fazer cumprir todas as disposições *legaes* e determinações do director geral da *instrucção*, relativas ao ensino e ao regular *funcionamento* do grupo.
15. Dirigir, *emfim*, todos os serviços do grupo mantendo a ordem no pessoal e providenciando pela conservação dos *objectos* confiados a sua guarda (PIAUI, Decreto nº 434, 1910, p. 127 e 128).

As designações para o cargo de direção escolar são inúmeros, posto que esse

cargo é administrativo e técnico, conforme o exposto na Lei nº 548. Ademais, partindo da observação de alguns verbos nos tópicos dispostos no Decreto nº 434, tais como *impor, organizar, velar, cumprir e dirigir*, infere-se que esse cargo tinha por principal finalidade fazer cumprir com os principais objetivos educacionais dentro da política dos grupos escolares, uma vez que era sua atribuição a inspeção e fiscalização dos métodos de ensino aplicados em sala de aula, bem como a matrícula e frequência dos alunos, fato esse que deveria ser comunicado mensalmente ao Diretor Geral da Instrução Pública.

Também era função dos diretores, organizar o ambiente escolar quanto à estrutura física e também pessoal: fiscalizar a frequência do pessoal docente, justificar suas faltas e impor aos funcionários penalidades conforme regimento interno estabelecido por cada instituição. Em suma, cabia aos diretores escolares fazer cumprir todas as atribuições a eles concedidas. Tais assertivas coadunam ainda com os principais objetivos da reestruturação da rede escolar primária, como podemos conferir a seguir:

Os principais objetivos da reestruturação da rede escolar primária, iniciada com as escolas da capital, e por muito tempo limitadas a estas, era, ao tempo em que modernizava a escola, fiscalizar de modo mais eficaz o trabalho pedagógico da escola e transformá-la em “repartição pública de verdade” (LOPES, 2001, p. 106).

Para transformar a escola em “repartição pública de verdade” cabe aos diretores de tais instituições “fiscalizar de modo mais eficaz o trabalho pedagógico da escola”, organizando e distribuindo funções e operacionalizando os trabalhos em um horário estabelecido, o que nos faz pensar o caráter burocrático da função de direção escolar.

Recomendações extras foram repassadas aos diretores escolares, de acordo com o Decreto nº 434, em seus artigos 91 e 92, conforme podemos conferir a seguir:

Art. 91. O *director* do grupo escolar será substituído nos seus impedimentos menores de sessenta dias pelo professor do grupo que o director geral da *instrução* designar, e na falta de designação, pelo mais antigo.

Art. 92. O *director* do grupo é obrigado a permanecer no edifício durante todo o tempo em que funcionarem as aulas, encerrando o ponto do corpo docente ao começar a última destas.

Paragrapho unico: Na falta do director do grupo, o ponto será encerrado pelo professor mais antigo (PIAUÍ, Decreto nº 434, 1910, p. 127 e 128).

O artigo 91, em relação a ausência do diretor em um período de sessenta dias, atribui ao Diretor da Instrução a escolha de um professor do grupo para ocupar o cargo, e na falta dessa designação, o professor mais antigo da instituição assumiria o posto. O artigo 92, entretanto, chama-nos mais atenção ao afirmar que o diretor do grupo é obrigado a ficar no edifício durante todo o tempo em que funcionarem as aulas, o que reforça nossas discussões em torno da fiscalização que o diretor desempenhava,

tendo em vista um bom andamento dos grupos escolares.

Em 1921 o Decreto nº 771 de 6 de setembro de 1921 apresenta uma nova Reforma para a *Instrução* Pública do Estado. Todavia, seu artigo 1º afirma que o Decreto nº 434, de abril de 1910, e o Decreto nº 621, de abril de 1915 para a *Instrução* Pública continuam em vigor, mas que as alterações concernentes a esse documento deveriam ser consideradas.

Em 18 de novembro de 1932 foi publicado o Decreto nº 1.428 que dispõe sobre a “cessação” de exercício dos diretores de escolas primárias, com a justificativa de reorganizar, em bases mais equitativas, o serviço de direção das escolas primárias, uma vez que os cargos de diretores escolares são comissionados, recebendo uma gratificação “*pro-labore*”, segundo documento.

Adiante, esse mesmo decreto especifica que

Art. 1º. – Em 30 de novembro corrente, cessará, para todos os efeitos, o exercício dos atuais diretores de estabelecimentos primários estaduais, qualquer que seja a sua entrância ou categoria.

Art. 2º. – Oportunamente a diretoria Geral da Instrução Pública proporá á autoridade competente, sob critério uniforme, o comissionamento dos diretores de estabelecimentos primários que deverão servir no ano de 1933 (PIAUÍ, Decreto nº 1.428, 1932, p. 02).

Os escritos desse documento revelam que o cargo de diretores, nesse período, era comissionado, ou seja, era um cargo de confiança atribuído a um indivíduo sem a necessidade que esse seja servidor público concursado.

Esse decreto expressa ainda a necessidade de reorganizar em bases equitativas a direção escolar nas escolas primárias e que, em breve, proporá, sob critério uniforme, o comissionamento dos diretores que iriam servir no ano de 1933.

Em suma, o fato de cessar o exercício de diretores escolares em 1932 não indica uma ruptura significativa em termos da lei tendo em vista que esse cargo continuaria a ser de confiança, ou seja, escolhido em conformidade com os interesses da Diretoria Geral da Instrução Pública.

O Decreto nº 1.438 marca o fim do recorte desse trabalho. Esse regulamento trata da Reforma da Instrução Pública de 1933 que buscava, especificamente, capacitar o educando para a vida social e economicamente produtiva. O ensino público primário, contava, além do modelo dos grupos escolares, com a Escola Modelo “Artur Pedreira”, a Escola de Adaptação, estabelecimentos de ensino profissional, escolas singulares, nucleares e agrupadas.

O Decreto nº 1.438 de 1933, ao expor as principais características das escolas agrupadas, informa ao longo do artigo 110 que esses estabelecimentos de ensino contariam com a direção por parte de um dos seus professores; este seria designado anualmente pelo Diretor Geral da Instrução, sem direito à percepção de vantagens

especiais.

O artigo 114 do mesmo decreto expõe que os diretores dos grupos escolares deveriam ser escolhidos anualmente dentro do próprio quadro de professores sob critério de competência reconhecida e mais largo tirocínio, além de ser designado pelo Secretário Geral do Estado. O diretor dos grupos escolares, diferente dos diretores das escolas agrupadas, receberiam gratificação mensal sobre seus vencimentos. O artigo 119 diz que a “Escola Modelo” possui organização didática, administrativa e econômica idêntica ao modelo dos grupos escolares, inclusive no que tange a função de direção escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações sociais advindas com o século XX possibilitou o ingresso das mulheres nos espaços públicos, seu acesso a instrução e, por conseguinte, ao mercado de trabalho. Homens e mulheres, enquanto docentes e discentes, passaram a frequentar o espaço escolar.

Os prédios escolares, bem como as formas de ensinar e a organização deste espaço modernizaram-se; surgiram aí o modelo dos grupos escolares – previstos por lei em 1910 mas que só vieram a serem efetivados no Piauí em 1922 em razão dos altos custos de sua implantação.

Além de um espaço físico diferenciado, esse modelo previu entre outras mudanças importantes, a divisão do trabalho escolar nas referidas instituições, com a criação dos cargos de porteiro e direção escolar. Posteriormente, de acordo com o decreto nº 1.438 de 1933, a figura do diretor escolar apareceu também nos modelos das escolas agrupadas e Escola Modelo.

A divisão do trabalho na escola, seguindo o proposto por lei, indicou que “*impor, organizar, velar, cumprir e dirigir*” eram atribuições de diretores e diretoras e que *lecionar*, dentro dos programas de ensino propostos, era função das professoras.

Estas últimas tornaram-se cada vez mais numerosas dentro das instituições de ensino; por conseguinte, em razão do processo de feminização do magistério, inferimos que a figura da mulher diretora tornou-se comum dentro das escolas, uma vez que segundo o artigo 10 da Lei nº 548 e os artigos 110, 114 e 119 do Decreto nº 1.438 de 1933, informam que o diretor ou a diretora deveria ser escolhido dentre os professores das instituições mencionadas.

A função de direção escolar, executada por mulheres nas escolas primárias piauienses, permaneceu até os dias atuais e faz parte da cultura escolar desde então. Para Dominique Julia (2001, p. 10) a cultura escolar deve considerar em seu estudo a análise das relações conflituosas ou pacíficas que mantém, dentro de cada período de sua história, com o conjunto das culturas: religiosa, política ou popular. Segundo o autor, a cultura escolar é

um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar,

e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (JULIA, 2001, p. 10).

A direção escolar transforma as práticas escolares a partir da adoção de novas normas e dispositivos disciplinares. Assim, a cultura escolar é relacionável à função da direção, uma vez que as atribuições desse cargo estão pautadas na administração e organização escolar, e as representações em torno dessa função estão atreladas, intrinsecamente, ao poder e as relações subordinativas que dela derivam no espaço escolar, que não podem ser negligenciadas e carecem de estudos, dadas a poucas pesquisas específicas encontradas em torno do objeto de estudo em questão.

REFERÊNCIAS

BRITO, Itamar de Sousa. **História da educação no Piauí: enfoque normativo, estrutura organizacional, processo de sistematização.** Teresina: UFPI, 1996.

CARDOSO, Elizângela Barbosa. **Mães educadoras e profissionais: educação feminina em Teresina na primeira metade do Século XX, Revista Outros Tempos – Dossiê História e Educação, São Luís, v. 7, n. 10, p. 158-179, dez. 2010.** Disponível em: < http://www.outrostempos.uema.br/artigos%20em%20pdf/Elizangela_Barbosa.pdf>. Acesso em: 01/07/2016.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **História e Masculinidades: a prática escriturística dos literatos e as vivências masculinas no início do século XX.** Teresina: EDUFPI, 2008.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres Plurais: A Condição Feminina na Primeira República.** 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2013.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios.** In: BENCOSTTA, Marcus Levy (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos.** São Paulo: Cortez, 2007, p. 193-211.

FREITAS, I. de. Instrução. Florianópolis: **A luz**, 05 nov. 1930, p. 02.

HONORATO, Tony. Indivíduos da ação civilizatória nas escolas normais paulistas (1896-1913). In: GEBARA, Ademir; COSTA, Célio Juvenal; SARAT, Magda (orgs.). **Leituras de Norbert Elias: processo civilizador, educação e fronteiras.** Maringá, PR: Eduem, 2014, p. 175-188.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, n.1, p. 9-43, jan./jun., 2001.

KRUEL, Kenard. **Genu Moraes: a mulher e o tempo.** Teresina: Zodíaco, 2015.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **Superando a Pedagogia Sertaneja: Grupo Escolar, Escola Normal e modernização da escola primária pública piauiense (1908-1930).** 2001. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 445-481.

MOREIRA, José Guimarães. Para o progresso. Floriano, PI: **Jornal A Luz**, 04 de dez. 1930, p. 01.

PIAUÍ. **Leis e Decretos do Estado do Piauí do Anno de 1910**. Therezina: Imprensa Oficial, 1910. (Lei nº 548, publicada em 30 de março de 1910).

PIAUÍ. **Leis e Decretos do Estado do Piauí para o Anno de 1921**. Therezina: Typ. O Piauí, 1921. (Decreto nº 771, publicada em 06 de setembro de 1921).

PIAUÍ. **Leis e Decretos do Estado do Piauí do Anno de 1910**. Therezina: Imprensa Oficial, 1913. (Decreto nº 434, publicada em 19 de abril de 1910).

PIAUÍ. **MENSAGEM apresentada à Câmara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Antonino Freire da Silva – Governador do Estado**. Therezina: Typ. O Piauí, 1910. (01 de junho de 1910).

PIAUÍ. **Decreto nº 1.428**. Teresina: Diário Oficial do Estado, ano II, nº 256, 18 nov. 1932, p. 02.

PIAUÍ. **Decretos do Ano de 1933**. Therezina: Imprensa Oficial, 1934. (Decreto nº 1.438, publicada em 31 de janeiro de 1933).

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira *et al.* **Os grupos escolares nas memórias e histórias locais: um estudo comparativo das marcas da escolarização primária**. IN: SOUZA, Rosa Fátima de; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da; SÁ, Elizabeth Figueiredo de (orgs.). **Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930)**. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2013, p. 59-103.

SILVA, Edilene Lima da; FERRO, Maria do Amparo Borges. **História da Educação no Piauí: o ensino primário e a feminização do magistério**. In: FERRO, Maria do Amparo Borges; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; SOUSA, Lourenilson Leal de. **História da Educação: novos olhares, velhas questões**. Teresina: EDUFPI, 2009, p. 163-171.

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Rossetti Ferreira

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL). Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-306-4

